

A CIDADANIA DO TELECURSO: MEMÓRIAS DE UM PROJETO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Artigo

Antônio Ricardo Micheloto*

RESUMO: O autor, que participou como redator de textos educacionais na segunda fase do Telecurso 2º Grau, em 1978, rememora e avalia criticamente alguns aspectos desse projeto, em especial a inserção das disciplinas: Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSP/B), direcionadas para o “treinamento do cidadão responsável”, como parte de uma estratégia equivocada de certos setores da sociedade civil para inserir-se na transição da política brasileira. O objetivo do trabalho é produzir reflexões sobre as relações entre Educação e sociedade a partir da negação do caráter “popular” das experiências do Telecurso. Espera-se que tais reflexões contribuam, enquanto contraponto, para o esclarecimento das experiências de Educação Popular que correspondam de fato a essa qualificação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação popular. Telecurso. Cidadania.

Introdução

Segundo Gramsci:

É preferível ‘pensar’ sem ter consciência disso, de modo desagregado e ocasional, é preferível ‘participar’ em uma concepção de mundo ‘imposta’ pelos de fora, por um grupo social (...) ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo, consciente e criticamente, e em conexão com tal trabalho do próprio intelecto escolher o próprio mundo de atividade, participar ativamente na produção da história universal? (GRAMSCI, 1968).

[...] o processo de alfabetização política (...) pode ser uma prática para a ‘domesticação dos homens’ ou uma prática para sua libertação. No primeiro caso, a prática da conscientização não é possível em absoluto, enquanto no segundo caso o processo é, em si mesmo, conscientização. Dá uma ação desumanizante, de um lado, e um esforço de humanização, de outro (FREIRE, 1979).

Um dos projetos de Educação a Distância mais conhecidos no Brasil atual é o Telecurso 2000, um arrojado empreendimento empresarial, em parceria com o setor público que atende a milhares de trabalhadores com defasagem em relação ao Ensino Regular, correspondente aos antigos 1º e 2º Graus e/ou aspiram a profissionalizarem-se como técnicos de Nível Médio (Mecânica). O atual Telecurso foi criado em 1995, mas já era o resultado da união de dois projetos anteriores, ou seja, o Telecurso 2º Grau, lançado em janeiro de 1978, e o Telecurso 1º Grau, iniciado em março de 1981.

O pioneiro Telecurso 2º Grau, que será objeto deste trabalho, foi fruto da iniciativa da Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, de São Paulo, esta por meio do seu Departamento de Ensino. A operacionalização do projeto incluiu empresas do grupo Marinho,

* Doutor em Ciências Sociais (Sociologia Política) pela PUC/SP e Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais da UFU.

a exemplo da Rio Gráfica, Educação e Cultura, responsável pela editoração dos fascículos semanais em que se publicava o conteúdo das disciplinas do programa. A elaboração desse conteúdo escrito ficava por conta da Fundação Padre Anchieta, por meio de algumas equipes de especialistas, enquanto outras encarregavam-se da versão televisiva dessas aulas. Uma rede de emissoras de tevê, incluindo a própria Globo e a TV Educativa, ligada à Fundação Padre Anchieta, transmitia em determinados horários o conteúdo televisionado. Uma outra rede de bancas de jornais e revistas encarregava-se da distribuição dos fascículos, comprados regularmente pelos alunos do Telecurso.

Em sua totalidade, o projeto inseria-se, tal como hoje, num emaranhado de interesses, entre os quais não faltavam, evidentemente, os interesses próprios do então poderoso grupo empresarial Roberto Marinho. Sobre quaisquer interesses financeiros, a curto ou a longo prazo, pairava contudo o “espírito da coisa”. Lembremos que corria o ano de 1978, último ano de governo do general Ernesto Geisel, aquele da “transição lenta, gradual e segura”, caminho pavimentado pelos próprios militares para entregar o poder aos civis, após anos de tensões e contradições no interior da própria caserna.

Havia, evidentemente, a ação da sociedade civil que acreditava acelerar essa transição a seu modo. Greves importantes ocorreriam, em 1978, nos meios operários do país, expressando, sinteticamente, a insatisfação geral do país com a ditadura e a falta de liberdade. No ano seguinte, haveria a reforma partidária que abriria espaço ao Partido dos Trabalhadores, e a anistia política concedida pelo general João Batista Figueiredo.

Os operários que se rebelaram e o general que cedeu à pressão da História, não correspondiam exatamente ao modelo de “cidadão responsável” apresentado nas aulas de Educação Moral e Cívica e OSPB, que foram encampadas pelo Telecurso 2º Grau em sua segunda fase: como um indivíduo alertado de alguns fatos, provido de algumas informações superficiais sobre seus direitos e deveres, alguns números sobre a miséria da maioria da população, e de algumas possibilidades escassas de participação no processo político, desde que contidas nos limites do bom senso e do respeito às instituições sacramentadas pelo regime. Mesmo assim, no início de 1978, alguns educadores visualizavam a possibilidade de operar nas “brechas” da transição já anunciada, quem sabe alargando essas brechas e lançando as sementes de uma cidadania que, esperava-se, poderia preencher o vazio fabricado pela ditadura militar.

Pretendemos mostrar o equívoco dessa proposta. Antes, porém, avancemos algumas informações sobre a dinâmica do Telecurso 2º Grau, em sua primeira versão. Compunha-se de três fases: na primeira, eram oferecidas aulas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, História e Geografia. Na segunda fase, eram ministradas aulas de Matemática, Inglês e OSPB/Educação Moral e Cívica (EMC). Na fase final, entrariam as aulas de Física, Química e Biologia. As aulas exibidas na tevê seriam reforçadas pelas publicadas nos 71 fascículos vendidos nas bancas.

Cabe aqui destacar o aspecto moderno — ou “modernoso” — das aulas publicadas nos fascículos. Embora a estrutura variasse um pouco segundo as disciplinas, havia uma orientação comum que era a distribuição da matéria em módulos. No caso particular da EMC/OSPB, a seqüência dos módulos era basicamente a seguinte: no módulo introdutório começava-se por informar, resumidamente, o conteúdo da aula; em seguida, levantava-se um fato, uma situação ou opinião, solicitando, então, ao aluno fazer uma reflexão sobre o assunto, dirigindo-lhe perguntas, em geral respondidas pelo próprio texto. Finalmente, indicava-se ao leitor os passos que este devia tomar para acompanhar a aula. Os módulos seguintes, dois ou três, eram apresentados sob a forma de Fichas de Leitura, sendo cada uma delas seguida de alguns exercícios que deviam ser resolvidos pelo aluno. As leituras e a resolução de exercícios deviam ser feitas na seqüência proposta. As respostas dos exercícios, para correção posterior, encontravam-se no final do texto. Cada passo a ser dado e cada operação a ser executada pelo aluno era indicado com destaque por meio de instruções precisas, do tipo: LER com uma flecha apontando para o texto a ser lido; FAZER, idem quanto à tarefa a executar, etc. Tudo se enquadrava, portanto, no conceito de “instrução programada” em que o aluno é conduzido, por meio de uma seqüência suave e cartesiana, do mais simples ao mais complexo, de uma premissa a uma conclusão.

As aulas eram ilustradas com fotos, diagramas, desenhos e destaques gráficos, geralmente a cores, tornando o texto bastante atrativo. O texto somente não podia concorrer com as aulas televisionadas tidas pelos alunos do Telecurso, e por alguns educadores, daquela e de outras épocas posteriores, como tecnologia de ponta na área da Educação.

O cidadão do Telecurso

A primeira aula de EMC/OSPB, no fascículo 26, é ilustrativa. Após convidar o aluno/leitor a fazer o “treinamento do cidadão responsável”, treinamento esse apresentado como “diferente daqueles que você tem realizado até agora” (a linguagem coloquial e direta fazia parte da estratégia pedagógica para motivação do aluno), o Telecurso emite uma pergunta aparentemente essencial: “O que significa ser um Cidadão Responsável?”. A resposta vem logo após, sob a forma do clássico conceito do cidadão que vivencia direitos e cumpre deveres no contexto de um país legalmente constituído — embora o conceito não combine com a realidade de uma sociedade sob a ditadura, em que os deveres se sobrepõem aos direitos. Mas, quer-se inovar e logo após apresenta-se outro conceito, talvez menos clássico e quiçá mais dinâmico: cidadão responsável é, nesta ordem, um cidadão bem informado, um cidadão consciente e um cidadão participante. Isso resume todo o conteúdo a ser desenvolvido nos fascículos seguintes, nos quais são detalhados os direitos assegurados, abstratamente, pela Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), pela Constituição Brasileira então vigente (a de 1967, devidamente tutelada e reenquadrada pelo Ato Institucional nº 5), e os respectivos deveres estipulados pelas leis e pelos governantes de plantão.

Nesta primeira aula, contudo, trata-se de envolver esse conceito de cidadania com uma imagem literária muito forte e universal: a do pobre cavaleiro andante, o Dom Quixote de Cervantes, com o qual se compara, afinal de contas, o próprio aluno do Telecurso, que será também um “irresponsável” a atirar contra moinhos e ventos, a torto e a direito. Isso, claro, se não estudar diligentemente as aulas do Telecurso e não se tornar “consciente” do que pode ou não fazer no contexto da sociedade brasileira. Só então, poderá tornar-se “participante” dessa aventura, nada quixotesca, de viver em tal sociedade.

Lembramos que as disciplinas Educação Moral e Cívica (1º Grau), Organização Social e Política do Brasil (2º Grau) e Estudos de Problemas Brasileiros (3º Grau) foram tornadas obrigatórias no currículo das escolas públicas por força de decreto governamental, no contexto do combate, levado a efeito pelos militares àquilo que eles consideravam amostras de “subversão” na sociedade. Tais disciplinas só foram eliminadas dos currículos após a volta do governo civil. Não temos dúvidas de que em muitos centros de ensino, professores politizados fizeram dessas disciplinas pretexto para analisar criticamente a situação do país sob o regime militar. Infelizmente, tal não ocorreu no âmbito do Telecurso 2º Grau, sujeito ao olho atento dos guardiães da segurança nacional, alvo constante da censura e do controle das autoridades.

A censura rondou de perto o trabalho dos redatores, o que não explica, de fato, a totalidade dos efeitos ideológicos conservadores dos textos. Um episódio de bastidores, já analisado por Antônio Carlos Caruso Ronca, um dos membros da equipe de redação (e que mais tarde seria reitor da PUC de São Paulo), mostra o tamanho da censura internalizada pela “parceira” Rio Gráfica Editora. Uma das aulas, programada para o fascículo nº 33, abordava justamente o “direito à liberdade”. Num momento de inspiração, a equipe de redação propôs a utilização, como ponto de partida da aula, de uma “parábola” inventada pelo psicólogo Rollo May e estampada em seu livro *O homem à procura de si mesmo*. Trata-se da historietta de um rei que se divertia observando um súdito preso numa jaula; seu voyeurismo obsessivo permitiu-lhe testemunhar o enlouquecimento progressivo do cidadão encarcerado. Coisa ingênua? Era disso — ingenuidade — que os redatores de outras disciplinas acusavam os responsáveis pela EMC/OSPB. Essa ingenuidade, contudo, assanhou os censores da Rio Gráfica, que vetaram o texto alegando ser uma provocação ao governo militar. Assim, o que nos parecia um achado pedagógico transformou-se num fator de constrangimento para toda a equipe.

Diante disso, pode-se perguntar, legitimamente, se é possível ensinar a liberdade a outros se não se é livre também? Ou, em outras palavras, se a liberdade pode nascer da tutela; em qualquer caso, que tipo de cidadania poderia resultar de tal prática anti-libertária?

O grosso da concepção de cidadania do Telecurso, entretanto, não emanava do conteúdo explícito das aulas de EMC/OSPB. Hoje, podemos buscá-lo nas entrelinhas, nos vazios de sentido e, especialmente, no que não era dito — ou não podia ser dito, de acordo com o ponto de vista que se adote. Numa disciplina em que se insistia muito na “participação”, não há referências a movimentos sociais, nem mesmo aos vinculados a direitos elementares que eram objeto das aulas. Na aula do fascículo 29, que versa sobre o direito ao trabalho, por exemplo, informa-se sobre a liberdade de filiação a sindicatos, sobre as possibilidades enquadradas nas leis vigentes, de mediação destes últimos etc. A palavra “greve”, entretanto, não é citada uma única vez, nem mesmo para explicar ao cidadão “responsável, consciente e participante” que havia restrições, na verdade proibição a tal tipo de mobilização dos trabalhadores. Também não encontraremos nos textos qualquer informação ou análise de formas de atuação coletiva das mulheres — lembradas, apenas, como objeto de “proteção especial” por parte da legislação trabalhista — dos negros, dos índios ou dos estudantes.

Desde 1968, pelo menos nos países ocidentais, grassavam movimentos das minorias, e, no Brasil, apesar da censura e da repressão os estudantes e os trabalhadores se mobilizavam em torno de reivindicações específicas e gerais. O ano de 1975, por sinal, tinha sido um marco na história brasileira por ter assistido ao reinício das mobilizações populares, ligadas às reivindicações das populações das periferias urbanas, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), das mulheres organizadas e do novo sindicalismo em gestação etc., como se pode constatar no livro *São Paulo: o povo em movimento*.

A concepção do Telecurso quanto aos direitos do cidadão resumia-se à sua dimensão puramente individual, formal, desvinculada da realidade social e política. Nessa concepção, o cidadão, supostamente portador de direitos, relaciona-se diretamente com o Estado, supostamente neutro, que é o doador, o fiador e o garantidor de tais direitos. Não se questiona a natureza do Estado autoritário nem se propõe formas de atuação legítima da sociedade civil, que poderiam sinalizar a constituição de uma nova cidadania.

Em 1978, a economia brasileira já havia começado a adentrar um novo ciclo. Os efeitos da primeira crise do petróleo, de 1973, com a conseqüente deterioração das relações de troca internacionais, já haviam anunciado o declínio do chamado “milagre econômico”. A tarefa do governo Geisel era arrumar a casa, ainda que não houvesse desistido completamente do sonho de um Brasil potência. Ainda se falava em “desenvolvimento” e a questão da educação ocupava certo espaço, vinculada à perspectiva de se criarem os “recursos humanos” indispensáveis ao crescimento da economia.

O Telecurso contemplava o “aluno trabalhador”, como fica claro na aula de EMC/OSPB publicada no fascículo 40, em que também se afirmava que “há um crescente interesse na preparação da mão-de-obra, qualificando-a para atender às necessidades e exigências do mercado de trabalho”. O Telecurso não visava à preparação direta do trabalhador qualificado, mas se colocava como meio de informar e “conscientizar” os alunos tanto sobre as necessidades do país quanto sobre as responsabilidades de cada indivíduo com respeito ao “desenvolvimento”, apresentado como objetivo consensual, correto em si mesmo, indispensável, como se nada tivesse a ver com os interesses específicos da civilização tecno-industrial capitalista, em sua versão tupiniquim tutelada pelo regime militar.

Nova técnica de ensinar...ou de domesticar?

O Telecurso 2º Grau correspondeu, na época do lançamento, a um projeto inovador por incorporar tecnologias recentes e avançadas, particularmente o uso da televisão, de modo a atingir simultaneamente as várias regiões do país e o vasto segmento da população “carente” ou necessitada de “serviços educacionais” mais do que de pão, lugar para morar ou remédio para tomar... Há uma

coincidência histórica entre essa população destituída de recursos e aquela que, na zona rural ou nas periferias das grandes cidades, já tinha sido capaz de “subverter a ordem”, reivindicando, gritando coisas como “terra”, “trabalho”, “salários dignos”, “eleições diretas”, e outras mais. Como sempre, as elites do país, mas particularmente as “elites pensantes”, sentiam-se responsáveis por essa turbamulta carente de educação e bons modos. Às elites pensantes caberia, por destino histórico, “orientar” esses setores populares, “conscientizá-los”, “treiná-los” para uma cidadania disciplinada, contida, tutelada, limpa, esteticamente assimilável. Os militares, cedo ou tarde, seriam banidos do poder, e isso seria obra das próprias elites, com a “colaboração” desses setores populares. Enquanto o regime militar se mantivesse, contudo, era natural e racional contar com seu apoio ideológico, institucional e material.

Para os idealizadores do Telecurso 2º Grau, o ensino massificado via recursos televisivos, suplementado por um mínimo de material escrito em moldes de “instrução programada”, surgia como uma solução eficaz, barata (seus custos seriam, afinal, socializados, e parcialmente assumidos pelos próprios alunos) e historicamente afinada com os “novos tempos”. Essa primeira experiência haveria de desdobrar-se em outras posteriores, tendo servido de modelo para vários projetos de educação à distância, inclusive de projetos que certamente gozam de muito mais legitimidade pública e procuram corrigir os “defeitos” do primeiro. O próprio Telecurso, hoje rebatizado como Telecurso 2000, tem sido oferecido como oportunidade democrática de acesso dos mais carentes à educação. Alega-se, a seu favor, os exemplos de gente bem sucedida que, graças ao Telecurso, chegou à universidade, como foi o caso do líder sindicalista Vicentinho.

Sucessos à parte, é preciso repensar, à luz do que foi exposto sobre o primeiro Telecurso, o potencial das modernas formas de ensino à distância apoiadas no uso da tevê enquanto meios para atingir os “setores populares”. Não se trata de partir de uma crítica generalizada à televisão em si mesma, como um “meio que faz a mensagem” ou instrumento que contém em si sua própria finalidade — daí não servir, de acordo com alguns críticos, senão para o entretenimento vazio de conteúdo — nem mesmo de caracterizar a técnica televisiva como negadora — enquanto técnica, das possibilidades de uma verdadeira democracia.

A disposição humana sobre os meios técnicos, como afirma Habermas (1987), não precisa necessariamente voltar-se contra os indivíduos como instrumentos de sua própria escravidão se, e somente se, essa disposição situar-se no terreno da verdadeira comunicação e do diálogo.

Se lembrarmos a lição do maior educador que o Brasil já teve, Paulo Freire, fica evidente que o Telecurso, em sua primeira versão, não era um projeto de “educação popular” por lhe faltar justamente essa pré-condição, o diálogo entre os que educam e os que são educados. Um diálogo que não se restringe a uma “participação” circunscrita ao ato pedagógico em si mesmo e às potencialidades da palavra intercambiada, mas se estabelece na relação recíproca de símbolos, conceitos e experiências concretas de vida. Infelizmente, para Paulo Freire, o Telecurso seria visto como mais um exemplo, apenas melancólico se não fossem consideradas suas implicações políticas, do que ele chamava de “educação bancária”. Resumindo, é aquela concepção de educação em que “o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que nada sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é uma característica da opressão. É uma negação da educação e do conhecimento como processo de procura”. Diríamos, a partir disso, que uma educação desse tipo não é compatível com o projeto de uma educação popular e muito menos com a proposta de uma cidadania responsável.

Acreditamos, também, que um projeto educacional vinculado aos setores populares não pode ficar restrito a uma combinação “criativa” de técnicas pedagógicas que respeitem o “ser humano que está do outro lado”, como quer o professor Antônio Carlos Ronca. Um projeto dessa ordem depende, sem dúvida, dos educadores bem intencionados politicamente, porém, ainda mais das circunstâncias históricas de concertação das relações entre as classes sociais. Digamos assim, aquelas circunstâncias em que os setores populares “emergem”, deixando de serem simples objeto de ações assistenciais, da orientação ou da “boa consciência” das elites pensantes ou não, seria a concretização da utopia da “revolução dos de baixo”. Enquanto tal revolução não ocorrer, continu-

aremos a correr o risco de produzir simulacros de projetos educacionais para cidadãos que não existem.

Referências bibliográficas

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.

MAY, Rollo. **O homem à procura de si mesmo**. Petrópolis: Vozes, 1991.

RONCA, A.C.C. **Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação?** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SINGER, Paul (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. 4. ed. Petrópolis, Vozes.

TELECURSO 2º GRAU – 2ª fase – Fascículos editados pela Rio Gráfica Educação e Cultura Ltda. 1978 (1ª ed.).
Foram consultados os fascículos de nº 26 ao 46.